

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC

CURSO DE PEDAGOGIA

PRISCILA DE CARVALHO FRASSON

**O ACESSO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO:
POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
DIOMÍCIO FREITAS**

CRICIÚMA, JULHO DE 2011

PRISCILA DE CARVALHO FRASSON

**O ACESSO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO:
POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
DIOMÍCIO FREITAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Licenciatura no curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof.^a MSc.: Albertina Serafim Daminelli.

CRICIÚMA, JULHO DE 2011

PRISCILA DE CARVALHO FRASSON

**O ACESSO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE
TRABALHO:POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
ESPECIAL DIOMÍCIO FREITAS**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Licenciatura, no Curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Educação, Cultura e Ambiente.

Criciúma, 5 de Julho de 2011

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Albertina Serafim Daminelli- Especialista- (UNESC)-Orientadora

Prof.^a Soraia Regina Napolini Coral -Mestre - (UNESC)

Prof.^a Maria Neiva Mezzari Borges – Especialista - (UNESC)

Dedico este trabalho a todas as pessoas deficientes, a Luciano Consoni que foi a base de início deste trabalho, e em especial a minha avó Debrantina Just Frasson que durante este tempo todo se fez presente em minha vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me fazer acreditar que tudo é possível.

A minha avó Debrantina Just Frasson que durante todo este tempo se fez presente em minha caminhada.

As minhas amigas companheiras que tive a oportunidade de conhecê-las durante todo o curso, Kétuli Mendes, Ester Zanette, Franciele Lavezzo, Carla Fiori, Simone Ghisland.

Ao Instituto de Educação Especial Diomício Freitas, que me recebeu com muito carinho e me deu liberdade para poder fazer minha pesquisa, e em especial á todos os alunos deficientes que estudam neste Instituto.

A professora Albertina Serafim Daminelli, que com sua experiência me orientou e se fez presente sempre nas horas em que necessitei.

Muito Obrigada!

“As pessoas que se sentem desconfortadas no contato com deficientes carregam consigo um profundo desconhecimento”.

José Pastore

RESUMO

O presente trabalho apresenta como tema o acesso das pessoas com deficiência no mercado de trabalho: Possibilidades e limitações no Instituto de Educação Especial Diomício Freitas. Para atingir o objetivo da pesquisa se fez necessário uma pesquisa de campo, sem negar a pesquisa qualitativa sendo esta necessária para se fazer um aprofundamento do problema pesquisado. A pesquisa teve como objetivo Conhecer e descrever as possibilidades e dificuldades enfrentadas pelo I.E.E.D.F no encaminhamento dos deficientes no mercado de trabalho. Os instrumentos para coleta de dados foram a observação e registro das atividades realizadas na escola, envolvendo alunos e professores e um questionário com perguntas abertas para a coordenadora do Instituto, uma vez que esta é a profissional que possui uma visão de todo o trabalho realizado dentro e fora da instituição, a fim de aprofundar a investigação do procedimento no encaminhamento dos alunos deficientes no mercado de trabalho na conclusão desta pesquisa obteve-se o resultado de que existem possibilidades de uma sociedade mais inclusiva desde que a sociedade e a família busquem se aprimorar e a desenvolver atitudes que contribuem uma sociedade para todos, o I.E.E.D.F contribui para a inclusão social através do seu trabalho para qualificação dos deficientes no encaminhamento para o mercado de trabalho desde então aumentado o número de oportunidades para todos estes deficientes. Concluindo o estudo e análise podemos constatar que o encaminhamento dos deficientes para o mercado de trabalho contribui para uma sociedade mais justa e inclusiva, bem como a quebra de preconceito.

Palavras-chave: Trabalho. Deficientes. Instituto. Inclusão.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CADEME - Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficiências Mentais

CENESP - Centro Nacional de Educação Especial

IEEDF - Instituto de Educação Especial Diomício Freitas

IBC - Instituto Benjamin Constant

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CENÁRIO MUNDIAL.....	11
2.1 O acesso da educação especial no Brasil.	13
2.2 Salamanca 1994.....	16
2.2.1 A Realidade catarinense com base na proposta curricular.....	17
3 EDUCAÇÃO TRABALHO E INCLUSÃO SOCIAL	19
3.1 O deficiente e sua inserção no mercado de trabalho.	23
3.2 A importância dos institutos na inserção do trabalho.....	26
4 METODOLOGIA	28
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	30
5.1 Apresentação e análise de dados da observação no I.E.E.D.F.	30
5.2 Apresentação e análise do questionário da coordenadora do I.E.E.D.F.	33
6 CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS.....	41
APÊNDICE 1	43
APÊNDICE 2.....	45
ANEXO	47

1 INTRODUÇÃO

A educação especial é algo a ser questionado na sociedade, percebemos que hoje vivemos em uma sociedade repleta de preconceitos em relação às pessoas com deficiência no que se refere ao mercado de trabalho, sendo que algumas empresas não acreditam nestes deficientes, além das empresas há pessoas que desprezam a entrada dos deficientes em lugares públicos e privados.

O trabalho é algo muito importante para nossa sociedade, e nos traz uma rotina diária de funções e responsabilidades.

Cada ser humano tem o direito de buscar seu espaço no meio social e profissional. Atualmente, existe uma exigência muito grande em relação à mão-de-obra, e por isso devemos ter uma melhor compreensão sobre os deficientes em relação ao mercado de trabalho competitivo e disputado por todos.

A inclusão social causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente aos que apresentam dificuldades, mas apoiar a todos sem preconceito principalmente os deficientes.

Hoje existem muitas barreiras a serem quebradas, mas a cada dia podemos perceber que algumas pessoas lutam por direitos, dignidade e novas conquistas no mercado de trabalho. Os deficientes não querem só um lugar no mercado de trabalho, eles querem ser respeitados por toda sociedade, pois a maioria das dificuldades e das barreiras infelizmente é imposta pela mesma.

A importância desta pesquisa reside na idéia de que esse assunto ainda precisa ser aprofundado pelos educadores em geral e pela própria sociedade.

Esse estudo tem como tema: **“O acesso das pessoas com deficiência no mercado de trabalho: possibilidades e limitações no Instituto de Educação Especial Diomício Freitas”**.

A escolha do tema para realização deste estudo foi motivada pelos estágios obrigatórios da Unesc, que foi realizado no I.E.E.D.F no ano de 2010.

Por meio de estudos iniciais verificamos a inexistência de pesquisas sobre a temática no curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Optamos então em conhecer e descrever o acesso dos deficientes no mercado de trabalho suas possibilidades e limitações com base no Instituto de Educação Especial Diomício Freitas.

A pesquisa tem como objetivo geral: Conhecer e descrever as

possibilidades e dificuldades enfrentadas pelo I.E.E.D.F no encaminhamento dos deficientes no mercado de trabalho.

Desse modo escolhemos como problema a ser investigado: Quais as possibilidades e limitações enfrentadas pelo I.E.E.D.F no encaminhamento dos deficientes no mercado de trabalho?

Para obter maiores resultados ao problema de pesquisa se fez de fato como questões norteadoras:

a) Como vem acontecendo no Instituto de Educação Especial Diomício Freitas a preparação dos deficientes para o mercado de trabalho?

b) Quais objetivos do I.E.E.D.F para aqueles que serão encaminhados para o mercado de trabalho?

c) Que tipo de profissão é oferecido para aqueles que possuem deficiência? Como são recebidos no mercado de trabalho?

d) A instituição ensina outros conteúdos da escola regular? Quais? E Como são trabalhados?

Para que o objetivo inicial fosse alcançado, foram pontuados os seguintes objetivos específicos.

a) Entender como é feita a preparação dos deficientes para o mercado de trabalho.

b) Identificar que tipo de trabalho é oferecido para aqueles que possuem deficiência, e como são recebidos no mercado de trabalho.

c) Observar e relatar quais os conteúdos que o I.E.E.D. F oferece para aqueles que serão encaminhados para o mercado de trabalho.

d) Identificar os objetivos que o Instituto trabalha aqueles que serão encaminhamento no mercado de trabalho.

Para dar suporte ao estudo, foi seguida uma linha de pesquisa: Educação, Cultura e ambiente, sendo como eixo temático a Educação para a diversidade (Gêneros, Etnias, Minorias e diferenças).

A pesquisa está estruturada em quatro capítulos, sendo no I capítulo introdução, II e III aprofundamento do tema seguido da metodologia apresentação e análises da pesquisa de campo, finalizando com conclusão, referência, apêndices e por fim anexo do termo de consentimento.

2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CENÁRIO MUNDIAL

A inclusão das pessoas com deficiência ainda requer um estudo mais aprofundado, e para que esta questão seja compreendida na sociedade é preciso conhecer a sua trajetória.

Na Antigüidade clássica, a preocupação dos homens era descrever o movimento interno de cada coisa. A sociedade movia-se na busca daquilo que considerava perfeição: a arte, a ciência, a técnica da retórica. Portanto, a dedução, o silogismo, o raciocínio perfeito, argumentação sem erros e a forma de expressão sobre qualquer assunto eram fundamentais. (SANTA CATARINA, 1998, p. 62).

A preocupação com a questão da sociedade naquela época era fundamental, sendo que os homens não aceitavam nenhum erro em relação às descobertas, tanto culturais e científicas, portanto as pessoas perfeitas eram as mais valorizadas.

“Em Esparta crianças que tinham alguma deficiência física ou mental eram abandonadas, eliminadas e definitivamente colocadas para fora da sociedade, pois esta não admitia a presença de crianças com algum tipo de deficiência”. (SANTA CATARINA, 1998, p. 62).

As crianças nesta época não eram aceitas por suas deficiências, pois a sociedade impedia de serem livres com suas famílias.

“Na Idade Média, passa-se da valorização do discurso e da argumentação à valorização do conhecimento religioso. Neste período foram fundadas as primeiras universidades, onde só podiam ser ensinados assuntos da Igreja”. (SANTA CATARINA, 1998, p. 63).

A questão religiosa é o que predomina nesta época, os ensinamentos são feitos através de religiosos e sacerdotes da época.

Com a difusão do Cristianismo na Europa, a base das relações é teológica, dicotomia Deus-Diabo, céu-inferno movem as idéias e os valores deste período histórico. Os deficientes começam a escapar do abandono e da exposição, passando a ser acolhidos em conventos ou igrejas sob a ambivalência castigo x caridade. Merecem o asilo cujas paredes convenientemente isolam e escondem o incômodo ou inútil. (SANTA CATARINA, 1998, p. 63).

A sociedade nesta época é colocada por leis divinas, sendo que a igreja ainda continua a predominar dentro da sociedade.

“Na Reforma Luterana, o tratamento dado aos imbecis, idiotas e loucos não se diferencia muito da Inquisição católica, eles permanecem com uma rigidez ética carregada de culpa, porém com responsabilidade pessoal”. (SANTA CATARINA, 1998, p. 63).

Ainda nesta época predomina a desvalorização dos deficientes, estas pessoas ainda não têm a liberdade total em permanecer diante da sociedade.

Na idade moderna, o homem passa a ser entendido como animal racional, que trabalha planejando e executando atividades para melhorar o mundo dos homens e atingir a igualdade através da produção em maior quantidade. A apologia era o método experimental. Valoriza-se a observação, a testagem, as hipóteses. Encaminham-se esforços para descobrir as leis da natureza relegando-se a plano secundário as discussões sobre as leis divinas. (SANTA CATARINA, 1998, p. 63).

Na idade moderna o homem vai desenvolvendo as suas discussões sobre os métodos de aprendizagem para a sociedade.

“Na Idade Contemporânea, o problema crucial é o próprio homem na sociedade. Não é o método de pensar dedutivo, não é a associação entre fé e razão, não é trabalho, não é a técnica, mas sim o homem na sociedade”. (SANTA CATARINA, 1998, p. 63).

Através desta compreensão, podemos perceber que a educação especial, teve uma trajetória de conflitos e dificuldades, até chegar aos dias atuais.

Segundo Fonseca (1995, p. 7):

Em muitos aspectos, a problemática da deficiência reflete a maturidade humana e cultural de uma comunidade. Há implicitamente uma relatividade cultural que esta na base de julgamento que distingue entre deficientes e não-deficientes. Esta relatividade obscura ténue sutil e confusa, procura de alguma forma afastar ou excluir os indesejáveis, cuja presença ofende, perturba e ameaça a ordem social.

Acreditamos então que a inclusão para os que têm algum tipo deficiência é algo a ser questionado, pois sua trajetória foi de muita luta e há pouco tempo que podemos perceber algumas mudanças.

Hoje as pessoas deficientes lutam por direitos e deveres, através de uma sociedade mais inclusiva, e com direito a inserção dos deficientes no mercado de trabalho, procurando sempre a inserção e seus direitos para obter uma melhor qualidade de vida tanto profissional como social.

2.1 O acesso da educação especial no Brasil.

O acesso a educação para os deficientes surge no Brasil no dia 12 de setembro de 1854, nesta época através do decreto Imperial nº 1.428, D Pedro II, fundou na cidade do Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos meninos cegos, Instituto Benjamin Constant (I.B.C) o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, hoje funciona atualmente como Instituto nacional de Educação de surdos (INES). (MAZZOTTA, 2005).

Os institutos têm grande influência na educação, sendo referência nacional nos dois segmentos (Surdos-Mudos).

A criação destes Institutos chega até os dias atuais, sendo que eles também fazem parte do desenvolvimento social das pessoas com deficiência.

No Período Imperial, além desses institutos iniciou-se o tratamento de deficientes mentais, no Hospital Psiquiátrico da Bahia (hoje Hospital Juliano Moreira). Em 1874 a criação dessas primeiras instituições não passou de umas poucas iniciativas isoladas, as quais abrangem os mais lesados, os que se distinguem, se distanciavam ou pelo aspecto social ou pelo comportamento divergente. Os que não eram assim a olho nu, estariam incorporados as tarefas sociais mais simples, numa sociedade rural desescolarizada. (JANNUZZI, 1985, p. 28).

A partir da criação destas instituições o Brasil ao longo de sua trajetória foi incluindo as pessoas com deficiência no convívio social, a criação destes institutos vai se ampliando e adquirindo novas oportunidades para os deficientes.

As instituições foram dando desenvolvimento aos portadores de necessidades especiais sendo que na primeira metade do século XX, portanto até 1950, havia quarenta estabelecimentos de ensino regular no Brasil todo. (MAZZOTTA, 2005, p. 38).

A criação destas instituições no Brasil foi de grande valia, promovendo o desenvolvimento e as políticas para incluir as pessoas com deficiência na sociedade.

Segundo Mazzotta (2005, p. 40):

Uma das primeiras instituições, surgem a partir de 1926, com ajuda do trabalho de Helena Antipoff, e inspirado na concepção do suíço Henrique Pestalozzi. Através destes surge no dia 11 de dezembro de 1954, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE, entre estas e outras a partir de sua criação espalham-se instituições por todo o Brasil.

O instituto Pestalozzi e outras instituições, ao passar do tempo foram se

ampliando e adquirindo novos programas de atendimento as pessoas com deficiência.

Segundo Mazzotta (2005, p. 39):

Em 1960 a Sociedade Pestalozzi e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, ambos do Rio de Janeiro. Com o apoio do então Ministro da educação Pedro Paulo Penido, pelo Decreto nº 48.961, de 22 de setembro de 1960, publicado no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 1960, foi instituída, junto ao Gabinete do Ministro da Educação e Cultura, a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficiências Mentais – CADEME.

Para Mazzotta (2005), a CADEME tem por finalidade promover, toda a assistência à educação, reabilitação e assistência educacional a todos os deficientes mentais independente de cor, idade, ou sexo, ficam então responsáveis em permanecerem estes direitos para todas as crianças e os deficientes mentais.

A educação e a assistência também ficam dentro destes direitos sendo que cumpridos conforme colocado pelo Decreto nº 48.961.

Em 1971 é criada a lei nº 5.692/71, que coloca a questão como um caso do ensino regular. Além disso, cita diversos aspectos da educação especial e salienta a constituição, pelo Sr.Ministro, de um grupo de trabalho que devesse reunir esses e outros elementos para delinear a política e as linhas de ação do governo na área da Educação de Excepcionais. (MAZZOTTA, 2005, p. 54).

A cada ano surge um movimento onde os deficientes passam a ter mais direitos em relação à educação escolar, através das leis, direitos e deveres estas pessoas vão conquistando espaços na sociedade, adquirindo novos conhecimentos em relação à educação escolar.

Uma vez que a escola abre espaços para estas pessoas com deficiência o desenvolvimento em relação à inclusão social aumenta a cada dia.

Com ajuda e contribuição da educação escolar as pessoas deficientes vão adquirindo novas experiências através do seu ambiente de estudo.

Segundo Mazzotta (2005, p. 42):

No ano de 1973, foi criado pelo Decreto nº 72.425 o CENESP, Centro Nacional de Educação Especial, este centro tem por finalidade, desenvolver planejamentos, para coordenar e promover o desenvolvimento da Educação Especial no Período pré- escolar, nos ensinos de 1º e 2º graus, superior e supletivo, sendo que se incluem dentro deste Decreto todas as pessoas com deficiência auditiva, visão, mentais, físicos, e portadores de deficiência múltipla.

Com base na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, fica claro que o desenvolvimento em relação às pessoas com deficiência vem se desenvolvendo, embora os resultados ainda sejam insuficientes.

O Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 208 O dever do Estado com a educação será efetivo mediante a garantia de: III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1988, p, 57).

A partir desta Constituição o desenvolvimento a favor do deficiente se torna mais amplo, pois além desta, foi promulgada no dia 20 de dezembro 1996 a lei nº 9.394/96 conhecida como, Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.

Através dela são garantidos os direitos das pessoas com deficiência no âmbito da educação.

Art.58. Entende-se por educação especial escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. No Art. 59 Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as suas necessidades. II- terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados. (BRASIL, 1996, p.93).

A educação especial começa a se ampliar e se desenvolver, no passar dos anos, sendo que atualmente há critérios e discussões voltada para a inclusão destas pessoas com deficiência.

As leis e normas estão sendo criadas, para maiores oportunidades destas pessoas na sociedade, contribuindo para novas transformações em relação à educação escolar.

A educação começa a proporcionar novas contribuições para o desenvolvimento dos alunos com algum tipo de deficiência dentro da sala de aula, sendo que estes necessitam conviver dentro do ambiente escolar, para poder desenvolver suas capacidades e habilidades juntamente com os demais alunos e professores em sala de aula.

Portanto, a escola deve trabalhar e ajudar todas estas pessoas com deficiência para desenvolver uma sociedade menos excludente.

2.2 Salamanca 1994

A educação especial é vivenciada até os dias atuais, sendo que através das iniciativas de alguns países, governantes e colaboradores em defender as pessoas com deficiência, acontece no ano de 1994 na Espanha uma iniciativa mundial para defender os direitos das pessoas com deficiência.

Através desta mobilização é realizada, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, conhecida como Declaração de Salamanca.

Segundo Brasil (1994), a UNESCO e o governo espanhol foram os contribuintes para o grande desenvolvimento destas pessoas, sendo que através desta pode-se afirmar que houve uma mudança muito grande e significativa na área da educação, contribuindo com todos os direitos e deveres, das crianças, jovens e adultos deficientes.

Além da educação adequada aos deficientes no ensino regular e em escolas especiais, cabem também os gestores, diretores e administrados contribuírem com novos projetos e novos recursos para um desenvolvimento maior, não só dos alunos especiais mais também para a comunidade.

A declaração de Salamanca ajudou a melhorar e contribuir com novas maneiras de incluir pessoas deficientes dentro do ambiente escolar, através de suas manifestações para uma sociedade mais inclusiva para todos.

A legislação deve reconhecer o princípio de igualdade de oportunidades, de crianças, jovens e adultos com deficiência, no ensino primário, secundário e superior, ensino ministrado, na medida do possível, em centros integrados. Deveriam ser adotadas medidas legislativas paralelas e complementares em saúde, bem-estar social, formação profissional e emprego para apoiar e tornar efetivas as leis sobre educação. (BRASIL, 1994, p. 29).

A declaração de salamanca apóia no sentido de melhorar a educação, das crianças dos jovens e dos adultos, fazendo com que através da escolarização e da inclusão as pessoas com deficiência se tornem mais independentes.

Conforme Brasil (1994, p. 31), “as autoridades responsáveis por tomadas de decisões, em relação à educação, deverão ter o compromisso de integrar, crianças, professores e no público em geral, novas atitudes positivas na educação”.

A integração dos deficientes fica muito clara, quando se trata da educação das crianças dentro da escola, incluir estes no ambiente regular, ajuda a desenvolver suas habilidades e suas capacidades.

2.2.1 A Realidade catarinense com base na proposta curricular.

O compromisso com a educação de qualidade também para os alunos com deficiência é assumida pela Proposta Curricular de Santa Catarina.

“Na década de 80, importantes movimentos em favor dos direitos civis provocaram iniciativas em torno da integração das pessoas com deficiência na sociedade”. (SANTA CATARINA, 1998, p. 64).

A partir desta década surgem iniciativas de integração para as pessoas com deficiência, voltadas à integração escolar.

A Fundação Catarinense de Educação Especial tem como base a integração da educação escolar, e a inserção das pessoas com deficiência dentro da rede de ensino.

Este movimento foi desencadeado de forma mais consistente a partir de 1987, com a reformulação do sistema estadual de ensino, que garantiu a efetivação da política de integração da pessoa com necessidades especiais, na rede comum de escolarização, a partir da deflagração da matrícula compulsória, estabelecida no plano para a campanha de matrícula escolar da Secretaria da Educação -1987-1991. (SANTA CATARINA, 1998, p. 64).

Foi então que a partir de 1987 que se deu início a integração das pessoas com deficiência dentro do ensino escolar, contribuindo com novas oportunidades de ensino para os mesmos.

“O movimento de integração então desencadeado veio constituindo uma trajetória pontuada por vários movimentos, sustentados na prática cotidiana da escola por diferentes concepções de aprendizagem”. (SANTA CATARINA, 1998, p. 64).

Portanto, vários movimentos vão surgindo a partir do desenvolvimento da integração escolar, colaborando para novas maneiras de aprendizagem.

O desenvolvimento desta integração se dá através do apoio pedagógico da escola trabalhando para o desenvolvimento de melhores expectativas para o aluno deficiente.

A tentativa de superação das dificuldades do aluno é uma tarefa educativa que a avaliação pode realizar quando conduzida num movimento dialético. Isto não significa dizer que o processo de avaliação tenha um caráter menos rígido e menos efetivo. Significa que haja um real compromisso com a construção do conhecimento como processo de apropriação do trabalho realizado pelo professor e pelo aluno. (SANTA CATARINA, 1998, p. 67).

A perspectiva do ser humano é de se apropriar através do conhecimento sistematizado do ensino escolar, sendo que a escola deve oferecer um espaço de interação junto com outros alunos, para poder ajudar as pessoas com deficiência a serem alfabetizadas, e, além disso, garantir o desenvolvimento da mesma, na rede do ensino escolar.

A escola pode contribuir significativamente para esta ruptura, se definir como proposta uma alfabetização que gere espaço para o dizer, o ouvir, o negociar, o discordar, o ajudar. As pessoas com deficiência, por terem impresso o estigma da incapacidade, tem vivido no decorrer da história a negação do acesso a este conhecimento. (SANTA CATARINA, 1998, p. 67).

Estas pessoas, por virem de uma trajetória de dificuldades, dão a impressão de que não são capazes de aprender, sendo que a escola pode contribuir para o desenvolvimento destes alunos através do ensino aprendido, garantindo assim um novo olhar em relação a estas pessoas deficientes.

Hentz, (1996 apud SANTA CATARINA, 1998, p. 66), diz que:

As escolas especiais não podem ser apenas locais onde se atendam os alunos nas suas necessidades físicas. As escolas especiais precisam estar ocupadas com o desenvolvimento intelectual de seus alunos, pois se assim não fosse, não poderiam ser consideradas escolas.

Portanto, o professor deve instigar os alunos com deficiência através de atividades significativas que envolva todo o seu meio, ajudando a desenvolver as suas habilidades.

“Ao colocar o aluno diante da experiência interativa de produção e apropriação de diferentes linguagens, fazendo uso, praticando, conhecendo, a escola viabiliza o entendimento da base do pensamento abstrato”. (SANTA CATARINA, 1998, p. 68).

Para que isso aconteça será necessário ter o apoio dos professores especializados, para desenvolver novas habilidades e capacidades de ensino para estes alunos, sendo que estes necessitam de um atendimento especial no desenvolvimento de suas atividades escolares.

Os profissionais da área da educação devem trabalhar de acordo com a realidade de cada deficiência, para desenvolver novas contribuições de ensino, ajudando assim a desenvolver uma maior inclusão dentro da sociedade em relação às pessoas deficientes.

3 EDUCAÇÃO TRABALHO E INCLUSÃO SOCIAL

O trabalho é uma atividade essencial na vida do ser humano, é através dele que buscamos a nossa sobrevivência, ocupação, remuneração e, além disso, nossa vida em sociedade.

Para entendermos como surgiu o direito do trabalho será necessário conhecer o seu contexto.

Segundo Maranhão (2005, p. 43):

A formação histórica do Direito do Trabalho remonta ao tempo da Revolução Industrial do Século XVIII e da reação humanista que se propõe a garantir ou preservar a dignidade do ser humano ocupado no trabalho. Indústrias, que, com o desenvolvimento da ciência, deram nova fisionomia ao processo de produção de bens, na Europa e em outros continentes. Além das pestes e da guerra, a Revolução Industrial, fez surgir um grande contingente de mutilados, levando vários países a elaborarem uma legislação com o objetivo de proteger esta legião de trabalhadores e suas famílias.

Uma vez que o direito do trabalho é adquirido, pessoas e familiares vão ganhando espaço em relação a melhores oportunidades e condições de trabalho.

Segundo Maranhão (2005, p. 44), “o direito do trabalho surgiu como forma de garantir aos trabalhadores a proteção necessária para o pleno desenvolvimento de suas atividades profissionais”.

O direito do trabalho é conquistado através das necessidades de cada ser humano, é através dele que somos reconhecidos como pessoas na sociedade.

Para Oliveira (2001, p. 6) “a história do trabalho começa quando o homem buscou os meios de satisfazer suas necessidades a produção material, essa busca se reproduz historicamente em toda a ação humana até os dias de hoje”.

Portanto, é através do trabalho que podemos nos desenvolver profissionalmente, e suprir nossas necessidades, além de nos aperfeiçoarmos em nossas atividades cotidianas.

“O trabalho tem uma missão central que reflete uma necessidade sociética básica e que o profissional se sente comprometido a realizar”. (GARDNER; CSIKSZENTMIHALYI; DAMON, 2004, p. 25).

Portanto, o trabalho nos traz responsabilidades de cumprir nossos deveres de uma forma dedicada e responsável, ele nos fornece vários atributos para o desenvolvimento da nossa vida humana.

Segundo Marx (1988 apud LANCILLOTTI, 2003, p.146):

O processo de trabalho é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais.

Através do trabalho podemos nos considerar seres humanos ativos, pois o homem necessita desenvolver suas habilidades e suas necessidades através do mesmo, junto com o trabalho aprendemos criar, planejar e o principal aprendemos a conviver com as pessoas dentro da sociedade.

Para Lancillotti (2003, p. 52), “o trabalho constitui-se, portanto, na condição fundamental que define e caracteriza o que é ser humano, e é uma condição histórica”.

O esforço do homem e da humanidade em relação ao trabalho se condiz também com suas necessidades humanas, é através dele que podemos criar e realizar todos os nossos objetivos, o trabalho nos dá o ensinamento da vida, pois ele nos propicia autonomia.

Marx (1988 apud LANCILLOTTI, 2003 p. 39), “na teoria marxiana, a categoria trabalho ocupa lugar central. É sobre ele que Marx fundamentou o processo de formação de homem”.

A importância do trabalho produz rendimentos e favorece a vida do ser humano como cidadão independente, ele produz a sua capacidade de desenvolvimento, e atua para melhor desenvolver as suas necessidades.

Segundo Albornoz, (2002, p. 12), “o trabalho é o esforço e também o seu resultado: a construção enquanto processo de ação.”

A construção do desenvolvimento do trabalho se dá através das pessoas que acreditam em criar e transformar seres em pessoas independentes, hoje vivemos no mundo em que a maioria dos seres humanos vivem nesta rotina de produção, hoje tentamos buscar e alcançar oportunidades de trabalho para todos, principalmente para as pessoas deficientes.

Para Lancillotti (2003, p. 9), “o direito do trabalho é, para todos, propugnado como direito de cidadania e perseguido como forma de integração social. Da mesma forma, é reclamado como direito da pessoa com deficiência”.

O direito do trabalho é algo muito importante para o desenvolvimento de

toda a humanidade, ele transforma as pessoas e integram estes como seres ativos, críticos, conhecedores, independentes, e autônomos, este mesmo trabalho cria um relacionamento entre as pessoas e ajuda a desenvolver conhecimentos culturais e sociais.

Amaral (1996 apud LANCILLOTTI, 2003), diz que quando se fala de integração, e mercado de trabalho, geralmente falam-se das pessoas com algum tipo de deficiência, a partir daí espera-se que esta inserção ocorra de fato.

A inclusão social é um dos princípios básicos para a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, o significado do trabalho é de grande importância para todos, principalmente para aqueles que lutam por seus direitos para conseguir sua inclusão no mercado de trabalho.

Segundo Sassaki (1999, p. 41), ao abordar a questão da inclusão social:

Conceitua-se a inclusão social, como processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Procuramos uma sociedade que ajude na inclusão, das pessoas com deficiência, para assim obter uma sociedade igualitária para todos.

Segundo Sassaki (1999), para obter a questão da inclusão dentro da sociedade, seria preciso saber lidar com as diferenças de cada pessoa, e saber valorizar a diversidade de cada uma delas, mas para isso necessita-se de uma colaboração humana.

Para obtermos resultados positivos em relação à inclusão social necessitamos da colaboração de todas as pessoas que fazem parte da sociedade, para que possamos transformar uma sociedade menos excludente e mais inclusiva.

Para Sassaki (1999, p. 42), “a inclusão social, portanto é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes”.

A inclusão social tenta buscar uma transformação direcionada não só para o deficiente, mas para todas as pessoas que fazem parte desta sociedade.

Se a sociedade adotar maneiras de como trabalhar com todos os tipos de diversidades a, inclusão social se fará de fato algo conquistador, pois ainda não

temos uma sociedade totalmente inclusiva.

“Em várias partes do mundo, já é realidade a prática da inclusão, sendo que as primeiras tentativas começaram a cerca de 10 anos. Assim existe a inclusão na educação, no lazer, no transporte, etc.” (SASSAKI, 1999, p. 42).

Buscamos uma inclusão social em todas as áreas, principalmente as que se referem ao trabalho.

O trabalho é um dos meios em que podemos nos conhecer como seres humanos, portanto acreditamos que um dia de fato esta inclusão aconteça.

Segundo Sasaki (1999, p. 42), “quanto mais sistemas comuns a sociedade adotar em relação à inclusão, mais cedo se completará a construção de uma verdadeira sociedade para todos”.

Uma sociedade para todos se cria através de novas transformações e de novas iniciativas, começando assim pelas pessoas que vivem e em torno dela.

Segundo Sasaki (1999, p. 47):

Os problemas das pessoas com necessidades especiais não estão tanto quanto estão na sociedade. Assim a sociedade é chamada a ver que ela cria problemas para as pessoas portadoras de necessidades especiais, causando-lhes incapacidade ou desvantagem no desempenho de papéis sociais.

Algumas pessoas ainda têm a visão de que pessoas deficientes não são capazes de trabalhar ou de adquirir sua própria autonomia, mas isso acontece porque elas não têm o conhecimento em relação a estas.

O mercado de trabalho tem uma grande exigência em relação à qualificação profissional, portanto, as pessoas que não tem qualificação vão perdendo oportunidades de trabalho.

As pessoas deficientes para conseguir oportunidades em relação a sua inclusão no mercado de trabalho necessitam do apoio não só da sociedade mais sim de seus familiares, sendo que o direito do trabalho serve para todos.

Portanto, para obtermos uma inclusão social necessitamos de apoio e o incentivo de todos, principalmente nas adaptações e acessibilidades do dia a dia.

Segundo Sasaki (1999, p. 47):

A sociedade deve eliminar as barreiras físicas, programáticas e atitudinais para que as pessoas com necessidades especiais possam ter acesso aos serviços, lugares informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.

Portanto, acreditamos que estas são algumas barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência, dificuldade o seu acesso no mercado de trabalho.

3.1 O deficiente e sua inserção no mercado de trabalho.

Trabalhar não é apenas conquistar bens materiais, trabalhar é ter dignidade, e ser remunerado daquilo que gostamos de fazer, o trabalho nos proporciona as responsabilidades do dia a dia, e nos envolve com a sociedade.

Segundo Sassaki (1999, p. 60), diz que:

O mercado de trabalho no passado pode ser comparado a um campo de batalha: um lado, as pessoas com deficiência e seus aliados emprenhando-se arduamente para conseguir alguns empregos, e de outro, os empregados, praticamente despreparados e desinformados sobre a questão da deficiência, recebendo ataques furiosos por não preencherem as vagas com candidatos portadores de deficiência tão qualificados quanto os candidatos não-deficientes.

Neste sentido as pessoas com deficiência, lutando para a sua inserção dentro do mercado de trabalho, e de outro lado as pessoas que não tem informações suficientes em relação aos deficientes.

Para poder entender um pouco mais desta inserção no mercado de trabalho, será necessário conhecer três fases desta trajetória, a primeira fase é sobre a questão da exclusão destes deficientes, a segunda é sobre a segregação e terceira da integração destes deficientes no mercado de trabalho.

Segundo Sassaki (1999, p. 60), “nesta fase da exclusão a pessoa deficiente não tinha acesso nenhum ao mercado competitivo, pois a humanidade no passado considerava uma crueldade a idéia de pessoas deficientes trabalharem”.

Portanto, os deficientes ainda não tinham liberdade nem incentivos para poder desenvolver suas habilidades em relação ao mercado, pois ainda eram vistas como seres incapazes.

Segundo Sassaki (1999, p.62), na fase da segregação:

As empresas ofereciam trabalho para serem executados por pessoas deficientes no interior das instituições filantrópicas, entre elas as oficinas protegidas de trabalho e também no próprio domicílio, essa oferta de trabalho e não de emprego, tinha elos com sentimentos paternalistas e também com certo objetivo de lucro fácil por parte das empresas que assim podiam usar uma mão-de-obra barata sem vínculos empregatícios.

A questão da mão-de-obra barata ainda é vista com freqüência em vários países, pois algumas empresas se aproveitam destas pessoas para poder ganhar lucro de maneira mais fácil.

A fase da integração é vista de três formas a primeira é de que as pessoas deficientes são admitidas e contratadas em órgãos públicos e empresas particulares, desde que tenham qualificação profissional. A segunda as pessoas deficientes após seleção, são colocadas em órgãos públicos ou empresas particulares que concordam em fazer pequenas adaptações nos postos de trabalho. A terceira as pessoas deficientes trabalham em empresas que colocam em setores exclusivos, portanto segregativos, com ou sem modificações, de preferência afastados do contato com o público. (SASSAKI, 1999, p. 63).

Hoje existem muitas barreiras a serem quebradas, pois esperamos a inserção destas pessoas no mercado de trabalho.

As pessoas com deficiência, ao serem inseridas no mercado de trabalho, necessitam primeiramente de qualificação profissional, sendo que este se torna um dos requisitos necessário para algumas empresas, pois além das exigências, o mercado de trabalho hoje se torna algo muito competitivo.

Segundo Pastore (2000, p. 64), “os portadores de deficiência não necessitam de medidas preferenciais, mas sim da remoção das barreiras que impedem a sua inserção no mercado de trabalho”.

A sociedade e as pessoas que vivem em torno dela devem apoiar o desenvolvimento de acesso dos deficientes, não só através dos meios de transportes, ou de ambientes adaptados, mas sim apoiar e incentivar o desenvolvimento do trabalho.

Para Sassaki (1999), a pessoa deficiente quando não está bem qualificada profissionalmente, acaba gerando uma grande barreira na conquista de um emprego, por isso deve estar preparada.

A questão de algumas empresas em relação ao mercado de trabalho, tem se desenvolvido muito no Brasil, apesar de ser a minoria, estas empresas estão conhecendo e adaptando meios para inserção dos deficientes no mercado de trabalho.

Sassaki (1999), a empresa para ser tornar inclusiva primeiramente tem que acreditar na diversidade humana, e saber lidar com as diferenças de todos os indivíduos, além disso, saber acreditar nas grandes capacidades, que estas pessoas

com deficiência são capazes de fazer.

A empresa para se tornar inclusiva necessita de funcionários capazes de acreditar no desenvolvimento da humanidade em relação aos deficientes, mas, além disso, estas empresas também têm que estar preparadas em relação às adaptações, como um ambiente físico adequado para cada tipo de deficiência.

Portanto, acreditamos que através destas empresas inclusivas, outras acabam conhecendo e acreditando no desenvolvimento de todas as pessoas com deficiência.

Para Pastore (2000, p. 28), “os deficientes que vivem em nossa sociedade tem de ser apoiados pelas empresas para que possam dar a sua contribuição produtiva a economia brasileira e, com isso, construir suas carreiras de trabalho”.

As pessoas e as empresas devem acreditar no desenvolvimento do trabalho destes deficientes, para assim formar uma sociedade humana, sem desigualdades.

Em 1950 que se inicia a prática da colocação de pessoas deficientes no mercado de trabalho competitivo.

Segundo Sassaki (1999, p. 71):

Durante cerca de 30 anos (1950-1980), o caminho principal para a colocação profissional eram centros de reabilitação profissional, onde geralmente havia um setor específico de orientação profissional. Este setor não só orientava e participava do processo de avaliação do potencial laborativo dos clientes que faziam reabilitação, como também acompanhava a fase de treinamento profissional e finalmente efetuava a colocação em emprego.

A inserção das pessoas no mercado de trabalho se iniciou através de centros de reabilitação e escolas especiais, sendo que estes centros serviam para treinar e aperfeiçoar as pessoas com deficiência, podendo assim garantir a sua inserção dentro do mercado de trabalho.

Atualmente percebemos que a inserção em relação ao mercado de trabalho com pessoas deficientes ainda é muito pequena, pois nem todas as empresas assumem o compromisso social de se tornarem empresas inclusivas.

Esperamos que os profissionais dos Institutos continuem trabalhando na preparação e qualificação destes deficientes no encaminhamento para o mercado de trabalho, para que através destes a sociedade se torne cada vez mais inclusiva, conhecedora e participativa no desenvolvimento de novas oportunidades de trabalho

para este deficientes, acreditamos que através da qualificação várias pessoas serão incluídas neste mercado tão competitivo.

3.2 A importância dos institutos na inserção do trabalho.

Os institutos são de grande importância para as pessoas deficientes, pois eles também preparam e qualificam estes para ao mercado de trabalho.

Segundo Pastore (2000, p. 19), “as pessoas que requerem cuidados especiais são geralmente representadas por entidades de e para portadores de deficiência”.

Estes institutos fazem parte do desenvolvimento social de todas as pessoas que o freqüentam, fazendo e também promovendo atividades diferenciadas para uma melhor qualificação dentro do mercado de trabalho.

Para Pastore (2000), nas instituições além das atividades propostas pelos educadores, estes profissionais ajudam os portadores de necessidades especiais na recuperação física, funcional e social.

Os institutos requerem uma qualificação profissional para todos tendo como objetivo os valores profissionais, fazendo assim com que estas pessoas tenham uma melhor qualidade de vida.

Para Pastore (2000), o trabalho dos institutos está se articulando, cada vez mais, com os técnicos e profissionais da área, o desenvolvimento da tecnologia e equipamentos colocam o relacionamento social entre os portadores de deficiência no mundo todo.

É através dos institutos que as pessoas com deficiência são encaminhadas para as empresas, depois de passar por várias etapas o deficiente segue sua jornada de trabalho.

Os institutos têm como objetivo formar cidadãos críticos para o mercado de trabalho e assim oferecer uma vida mais independente.

Estes institutos além de qualificar estes deficientes como profissionais, eles acabam dando significado a suas vidas pessoais, pois uma jornada de trabalho se torna muito importante para o desenvolvimento do ser humano.

Neste sentido o verdadeiro valor do trabalho se dá a partir do momento em que sabemos o que ele realmente significa para as pessoas deficientes ou não.

Os institutos fazem parte de uma iniciativa em que trabalha a questão não

só social dos trabalhadores, mas também a questão de uma sociedade mais inovadora capaz de se tornar inclusiva, são através de iniciativas destes institutos que novas oportunidades de trabalho vão surgindo para os deficientes.

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa para melhor analisar o problema pesquisado.

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. O conhecimento não se restringe a um rol dados isolados, ligados apenas por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta fenômenos, atribuindo-lhes significados. O objeto não é um dado inerte e neutro; esta possuiu de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (CHIZZOTTI, 1998, apud ACAFE, 2007, p.79).

Para investigar o problema das possibilidades e dificuldades enfrentadas pelo Instituto de Educação Especial Diomicio Freitas no encaminhamento dos deficientes no mercado de trabalho, se fez necessário uma pesquisa de campo.

A pesquisa de campo procura o aprofundamento de uma realidade específica e basicamente realizada através da observação do sujeito de pesquisa.

Segundo Diez e Horn (2004, p. 26), “a principal finalidade deste tipo de pesquisa é recolher, registrar, ordenar e comparar dados coletados do assunto escolhido com o objeto de estudo”.

Para a pesquisa ter maior ênfase e qualidade, houve a necessidade de estar em contato com o cotidiano de trabalho da instituição, sendo que se fez necessário uma pesquisa descritiva.

“A pesquisa descritiva procura identificar e explicar as características dos sujeitos ou fenômenos de pesquisa, a relação das variáveis, empregando técnicas padronizadas como questionários e a observação sistemática”. (ACAFE, 2007, p. 46).

A pesquisa foi realizada no I.E.E.D.F, tendo como instrumento de pesquisa as observações registros e um questionário aplicado para coordenadora do Instituto com (6) perguntas abertas, envolvendo através das observações professores e alunos do instituto.

Segundo Gil (1999, p. 40), “o questionário é uma técnica de investigação composta por questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo como objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas”.

Para obter o seu nome preservado diante das respostas do questionário

foi feito um termo de consentimento (em anexo), para as publicações e autorização das informações levantadas sobre os sujeitos.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica para produzir os fundamentos para a análise e a discussão das informações obtidas, nas observações nas respostas do questionário.

Segundo Goldenberg, (2004, p. 94-95), “é preciso reunir as informações coletadas por meio do questionário e da observação realizada a fim de introduzir uma discussão teórica fundamentada no pensamento dos especialistas para melhor entendimento do problema pesquisado”.

O Critério de escolha em relação à coordenadora do Instituto Diomício Freitas se fez de fato, pois esta profissional possui uma visão de todo o trabalho realizado dentro e fora da instituição, além ser muito participativa com os educandos e os alunos em sala de aula, ela coordenada e orienta todos os profissionais que trabalham no Instituto de Educação Especial Diomício Freitas, a fim de promover novos vínculos com a comunidade e com as empresas no encaminhamento dos deficientes para o mercado de trabalho.

A escolha do Instituto se fez necessária, pois este oferece a preparação e a qualificação dos deficientes no encaminhamento para o mercado de trabalho.

A análise de dados teve como suporte o referencial teórico possibilitando assim uma compreensão maior entre teoria e prática.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa de campo ocorreu no Instituto de Educação Especial Diomício Freitas, localizada na cidade de Criciúma, SC.

Foram envolvidos na pesquisa a coordenadora do Instituto de Educação, Especial Diomício Freitas, sendo esta que coordena e orienta todos os profissionais desta instituição, para a preparação destes deficientes no encaminhamento para o mercado de trabalho.

Para elencar as informações a respeito da temática foram envolvidos professores e alunos através das observações e registros.

A observação teve como principais objetivos, conhecer e descrever como é feita a preparação destes alunos deficientes no encaminhamento para o mercado de trabalho, quais os conteúdos que o instituto trabalha com estes deficientes, conhecer as dificuldades e facilidades destes alunos em relação a atividades de produção, além destas observar o compromisso e as responsabilidades que os professores tem em relação a estes alunos deficientes.

Utilizamos um questionário com (6), perguntas abertas para a coordenadora do Instituto Diomício Freitas, sendo estas analisadas juntamente com as observações feitas no Instituto, às informações tanto aquela do questionário quanto aquelas registradas nas observações, foram analisadas, com base na fundamentação teórica e nas considerações da pesquisadora.

5.1 Apresentação e análise de dados da observação no I.E.E.D.F.

O Instituto de Educação Especial Diomício Freitas atende 140 alunos deficientes, o atendimento se inicia aos 14 anos de idade, mas o encaminhamento para o mercado de trabalho se dá em média dos 17 aos 25 anos, com o objetivo de preparar, qualificar e encaminhar para um mercado de trabalho competitivo.

O Instituto foi fundado no dia 19 de abril de 1985 funcionou a princípio através de uma casa cedida pelo senhor João Zanette, atualmente o Instituto funciona na Rua Lúcia Milioli, 211 no Bairro Santa Bárbara. A partir da sua fundação o instituto começou a trabalhar com alunos deficientes para a sua inserção no mercado de trabalho, sendo que através dos anos foi se ampliando (IEEDF, 2011).

O Instituto tem a filosofia de que o indivíduo deficiente seja capaz de

adquirir um repertório de comportamento que lhe é ensinado, desde que sejam proporcionadas condições favoráveis a esta aquisição e que haja também a participação de toda a sociedade e familiares.

Portanto a pesquisa aconteceu através das observações nos dias 02/05, 03/05, 04/05 com a duração de 12 horas no total.

Foi possível observar que a maioria dos alunos que estudam neste Instituto tem entre 14 e 18 anos de idade, sendo considerada a maioria jovens e do sexo masculino.

Os alunos que chegam ao Instituto são direcionados para a primeira etapa que se chama iniciação, e a segunda etapa se chama setor de qualificação profissional, depois de passar por estas os deficientes são encaminhados para o mercado de trabalho.

Observou-se que durante a preparação dos deficientes o Instituto oferece várias atividades práticas e acadêmicas, as atividades práticas são geralmente colocadas em cada setor, por exemplo: no setor de iniciação são feitas atividades como recorte de tecido para montagem de estopa, recorte de jornais para confecção de palitos, confecção de biscoito, e assim sucessivamente, a segunda fase é o setor de qualificação profissional, neste são trabalhos atividades que envolve a realidade em relação aos hábitos, atitudes, e comprometimento sobre o mercado de trabalho sendo que também são trabalhadas as atividades acadêmicas.

Portanto, nas atividades acadêmicas os alunos ficam numa sala acompanhados de uma professora sendo que esta elabora atividades relativas à escrita, leitura, reconhecimento de vários tipos de linguagem.

Os alunos do Instituto também têm aulas de informática, música, e teatro, e além disso, o Instituto Diomício Freitas em parceria com a prefeitura municipal de Criciúma obtém um Proeja que alfabetiza e dá assistência para alguns alunos deficientes.

Analisamos então que o instituto serve como base de preparação para incluir estas pessoas diretamente para o mercado de trabalho, esperando assim uma inclusão social em relação às pessoas com deficiência, elas lutam juntamente com as empresas colaboradoras para uma maior inserção dos deficientes no mercado de trabalho.

Segundo Pastore (2000), as entidades para deficientes promovem campanhas educativas, e formulam medidas legislativas para a inserção dos

deficientes dentro do mercado de trabalho.

Observou-se no I.E.E.D.F os conteúdos que são trabalhos com os deficientes como por exemplo: identidade, cuidados pessoais e de trabalho, higiene, como se comportar dentro do ambiente de trabalho, alimentação, leitura e escrita, também trabalha matérias relacionadas ao português e matemática, como sistema monetário e multiplicação.

O Instituto não só prepara os alunos, mas também trabalha com conteúdos relacionados ao ensino regular.

Hentz (1996 apud SANTA CATARINA 1998), reconhece que as escolas de educação especial não podem ser apenas locais onde atendam os alunos nas suas necessidades físicas, mas também precisam desenvolver o intelectual destes alunos através de seus conteúdos.

Observou-se no I.E.E.D.F. o compromisso e responsabilidade dos professores em sua posição como educadores.

Os professores em relação a observação são de total responsabilidade e comprometimento, pois são muito participativos e envolvidos nos conteúdos e nas atividades práticas de produção.

Estes professores são muito interessados no empenho de cada aluno, ajudam e ensinam os alunos com muita paciência e dedicação, o ambiente de sala de aula entre todos é muito harmonioso, os professores se dedicam muito com as produções dos alunos, deixando-os também desenvolverem suas habilidades, portanto observou-se a participação da coordenadora do instituto juntamente com as professoras, nas observações percebi que a coordenadora faz rodízios em cada sala sendo que ela participa junto com os professores e ajuda os alunos em suas atividades, portanto ela coordena e orienta todos os profissionais deste instituto e além disso é muito participativa na sala de aula com os alunos.

Analisamos então que a coordenadora e os professores são de fato pessoas comprometidas e responsáveis pelo seu trabalho, não somente os professores mais a coordenadora também trabalha com as professoras no envolvimento das atividades sendo que elas também ajudam ensinam estes alunos a serem incluídos no mercado de trabalho, sempre com muito paciência e dedicação.

Segundo Gardner; Csikszentmihalyi e Damon (2004), as pessoas que fazem um trabalho qualificado geralmente são capazes de cumprir com outras

esferas profissionais, além da renumeração e fama, levam muito a sério as suas responsabilidades e as implicações de seu trabalho.

Observou-se também as dificuldades e as facilidades que os alunos tem em relação às atividades de produção.

Alguns alunos apresentaram dificuldades em algumas atividades como pintura, corte e costura, pois nem todos possuem uma boa coordenação motora, neste caso observou-se que a professora ajuda estes deficientes a melhorar a coordenação, tanto nas mãos como nos dedos.

Já em relação às facilidades observou-se que a grande maioria tem uma facilidade em todas as atividades práticas, pois dependendo de cada deficiência o aluno tem uma maneira diferente para aprender a manifestar as suas habilidades.

Analisamos as observações e nem todos os alunos tem facilidades em atividades de produção, isso exige uma maior atenção dos professores, sendo que eles acabam focando mais neste aluno até chegar a sua coordenação ideal para as atividades de produção.

Para Fonseca (1995, p. 9), “o deficiente pode não ver, mas não tem dificuldades em orientar-se ou fazer música. Não ouve, mas escreve poesia. Não aprende matérias escolares, mas pode ser excepcional numa atividade profissional”.

Cada deficiente tem suas habilidades e dificuldades em relação a sua deficiência, e os professores ajudam a diminuir as dificuldades valorizando e explorando melhor as suas habilidades.

5.2 Apresentação e análise do questionário da coordenadora do I.E.E.D.F.

Foi realizado um questionário com perguntas abertas (Apêndice 2) composto de seis questões relacionadas ao Instituto de Educação Especial Diomício Freitas sobre o encaminhamento dos deficientes no mercado de trabalho, sendo que o questionário foi aplicado para a coordenadora do Instituto.

A primeira questão se refere de como é feita a preparação dos deficientes no encaminhamento para o mercado de trabalho.

A resposta da coordenadora foi à seguinte:

O I.E.E.D.F tem a missão de oportunizar a jovens e adultos com deficiência intelectual o pleno exercício da cidadania e a sua inclusão no mercado de trabalho, eles são preparados nos diversos setores da escola desde a sua matrícula, o primeiro setor é o de iniciação, onde o objetivo principal, é a autonomia, noções básicas do mundo do trabalho, orientação constantes

para os familiares e habilidades básicas, no segundo setor se refere o setor de qualificação profissional, neste setor o objetivo principal a ser desenvolvido são as habilidades de gestão, e conteúdo programático. Em relação às habilidades de gestão existem: preparação do profissional, habilidades do profissional, profissão e mercado, procedimentos adequados para a busca de um emprego, apresentação pessoal, boas maneiras, informações pessoais, relações interpessoais no trabalho, comunicação, comportamento atitudes, saber conviver com a diversidade, qualificação profissional, tempo, material e equipamentos, recursos humanos. O Instituto também oferece algumas habilidades básicas como: segurança no trabalho, documentos necessários para trabalhador, a importância do documento como CPF, carteira de identidade carteira de trabalho, direitos e deveres, código nacional do trânsito, preservação reciclagem e assim por diante.

Em sua resposta e por meio de observação foi possível compreender que a preparação destes deficientes acontece através da qualificação do trabalho do Instituto, e através das atividades relacionadas ao cotidiano do trabalho profissional.

Por meio das habilidades e conteúdos o Instituto proporciona maiores conhecimentos para estes alunos tornando-os preparados para o trabalho, e contribuindo para uma melhor qualificação.

Segundo Pastore (2000, p. 71):

Os profissionais que tem obtido bons resultados na colocação de portadores de deficiência no mercado de trabalho costumam dizer que, para tanto são necessários três tipos de ações. Em primeiro lugar, a preparação dos candidatos. Em segundo lugar, o esclarecimento dos tomadores de seus serviços. Em terceiro lugar, o ajuste da comunidade.

A segunda questão se refere ao objetivo do I.E.E.D.F. em relação aos deficientes que serão encaminhados para o mercado de trabalho.

Segundo a resposta da coordenadora:

O instituto tem o objetivo de promover uma prática educacional que contribua com a formação, do cidadão autônomo, capaz, produtivo, feliz e incluso na sociedade, possibilitando a apropriação de conhecimentos novos e socialização do saber historicamente elaborado, oportunizando novas relações pelo exercício das atividades de trabalho e/ou cursos profissionalizantes, com vista à formação de um cidadão capaz de pensar a realidade e transformá-la.

Em relação à resposta percebemos que o instituto procura trabalhar e valorizar estes deficientes como futuros profissionais que se realizaram através de seu trabalho, ajudando a obter uma vida mais participativa.

Para Oliveira (2001), o trabalho é uma atividade desenvolvida pelo homem, sob determinadas formas, sendo que é através dele que produzimos a riqueza e a valorização do ser humano, é através dele que adquirimos a nossa

autonomia.

A terceira questão se refere às possibilidades e limitações que o I.E.E.D.F tem em encaminhar os deficientes no mercado de trabalho.

A coordenadora respondeu da seguinte forma:

Uma das possibilidades que hoje existe são as empresas que estão ficando mais conscientes de inserirem estes deficientes no mercado de trabalho, a influência da Lei 8.223/91, que abriu muitas oportunidades de vagas para estas pessoas. Hoje existe um aumento em relação à oferta de vagas para os deficientes, os empresários estão mais conscientes a inclusão de deficientes nas empresas, tornando-o mais fácil a inserção dos deficientes no mercado de trabalho, sendo que através destas iniciativas que conseguimos incluir estes deficientes no mercado e trabalho. Mas não é somente através da lei, hoje existem empresas que espontaneamente procuram o instituto para a inserção destes deficientes no mercado de trabalho.

Diante da resposta da coordenadora analisamos que hoje através da legislação, o número de pessoas a serem inseridas no do mercado é maior, existem empresas que hoje estão querendo fazer parte de uma nova sociedade, através de uma nova inclusão, os empresários estão mais seguros em relação à qualificação e as habilidades que o Instituto oferece para todos os alunos deficientes.

Para Maranhão (2005), não se tenha dúvidas de que hoje a um número maior de contratações em relação às pessoas com deficiência em relação às empresas, sendo que através da legislação e de algumas iniciativas públicas algumas empresas já tem iniciativas de contratarem pessoas com deficiência.

Em relação às limitações a coordenadora argumenta da seguinte forma:

Alguns familiares por possuir uma situação financeira estável, optam por não incluírem estes deficientes dentro do mercado de trabalho, alguns casos envolvem também a questão de problemas de saúde do deficiente que impendem as atividades que envolvem muito esforço físico. A exigência de algumas empresas quanto ao perfil do aluno em relação às atividades propostas também faz parte destas limitações, além destes os familiares também não querem incluir estes deficientes no mercado de trabalho porque não acreditam no potencial destas pessoas, outra limitação é de que os familiares também não querem perder o auxílio que estes deficientes recebem todo o mês.

Na análise da resposta é possível compreender que á uma exigência no perfil profissional no mercado de trabalho, impedindo assim algumas vagas para estas pessoas com deficiência, o mercado hoje exige muito das pessoas principalmente a sua qualificação.

Os próprios familiares também não querem incluir estas pessoas no

mercado de trabalho, impedindo assim maiores oportunidades de trabalho, inclusão, autonomia e respeito para estes deficientes.

Existem alguns familiares que não acreditam na capacidade e habilidades que estes deficientes podem adquirir, por não acreditar nisso estas pessoas acabam transformando estes deficientes em pessoas incapazes.

Sasaki (1999), as pessoas deficientes têm sido excluídas do mercado de trabalho por motivos como: falta de escolaridade, falta de meios de transportes, e principalmente pela falta de apoio dos próprios familiares.

Na quarta questão se refere aos tipos de trabalho que são oferecidos para estes deficientes, e de como são recebidos no mercado de trabalho.

Resposta da coordenadora foi à seguinte:

No setor de qualificação para o trabalho os alunos recebem palestras, visitam empresas, fazem estágios supervisionados em supermercados, participam da SIPAT (Sistema interna de prevenção a acidente de trabalho), eles são orientados constantemente sobre o mundo do trabalho. Em relação à profissão geralmente estes deficientes ocupam o cargo de empacotador, balconista, serviços gerais, padaria, auxiliar de escritório em empresas de cerâmica e entre outros.

Diante da análise da resposta, na maioria das vezes os supermercados que dão a maior contribuição para os deficientes dentro do mercado de trabalho, oferecem vários cargos que contribuem para uma sociedade mais inclusiva, abrindo assim novas oportunidades de emprego para estes deficientes.

Porém as oportunidades de trabalho em geral ainda estão na escala de trabalho simples e mão-de-obra barata é preciso avançar no discurso e na prática para a inclusão de deficientes em vagas de trabalho qualificado.

Segundo Pastore (2000), uma boa educação facilita a readaptação de mão-de-obra e oportunidades de arrumar um emprego ou ocupar uma vaga em um cargo profissional, sendo que uma educação precária dificultaria a inserção destas pessoas no mercado de trabalho, esta condição via regra é a mesma para todo profissional deficiente ou não.

Em relação ao recebimento destes deficientes no mercado de trabalho a coordenadora respondeu da seguinte forma:

Geralmente estes deficientes são muito bem recebidos nas empresas, mas existem casos em que os próprios funcionários não aceitam estes deficientes e acabam criando um preconceito com os mesmos. Neste caso a empresa entra em contato com o Instituto e a psicóloga se encaminha até a empresa para conversar com estes funcionários que não compreende

seus colegas de trabalho, que seriam estes deficientes que ainda sofrem algum tipo de preconceito.

Na análise da resposta concluímos que existem pessoas que ainda não conhecem estes deficientes e acabam tratando-os com olhar diferenciado, a falta de conhecimento faz com que estes funcionários critiquem e desprezem estas pessoas, realmente hoje existe muito preconceito não só entre os funcionários das empresas mais também das pessoas que vivem dentro da nossa sociedade, mas, além disso, existem hoje profissionais que trabalham para transformar esta sociedade mais inclusiva através de campanhas.

Sasaki (1999), para se fazer de fato uma inclusão social dentro do mercado de trabalho e obter expectativas positivas para os deficientes seria necessário a consideração de vários princípios como a aceitação das crenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana aprendizagem através da cooperação.

Na quinta questão foi feita a seguinte pergunta, além da preparação para o mercado de trabalho o I.E.E.D.F. oferece outro tipo de ensinamentos? Quais? Como são trabalhados.

A resposta da coordenadora foi à seguinte:

Sim, o instituto além da preparação profissional dos alunos possui um proeja com a parceria da prefeitura municipal de criciúma, o proeja funciona no período matutino e foi implantado neste ano. Mas, além disso, hoje no Instituto trabalhamos na alfabetização de jovens e adultos, atividades acadêmicas cursos de pintura, biscuit, cartão artesanal, empoderamento dos sujeitos frente à invisibilidade frente à sociedade, também existem aula de informática, Ed. Física, projeto familiaridade (escola x família), projeto de musicalização, atendimento psicológico e assistente social, além destes o Instituto trabalho com vários tipos de conteúdos como: função social da escrita, evolução da escrita na humanidade, interação através da linguagem, conversas infirmas, transmissão de recados e relatos, narração, reprodução e criação de histórias, reconhecimento da estrutura de linguagem, desenhos de objetos, pessoas, cenas e situações, alfabeto (maiúsculo e minúsculo, ler, copiar e interpretar pequenos textos, sílabas, simples e complexas, direção da escrita, divisão, sistema monetário, multiplicação, números, ordinários, saúde e higiene e entre outros. Tudo isso são trabalhos através de projetos trimestrais onde todo corpo docente se reúne para refletir e construir os projetos que nortearão os trabalhos pedagógicos da instituição, o desenvolvimento do projeto trimestral se integra com toda a comunidade. As atividades são realizadas através de rodízios sendo que são marcados os horários para cada tipo de atividade.

Em relação à resposta e observações concluímos que, o instituto oferece outras atividades relacionadas à do ensino regular, sendo que o Instituto também trabalha com o desenvolvimento intelectual do aluno.

As atividades são feitas através de rodízio, sendo que cada grupo tem o seu horário em relação a cada atividade, por exemplo: os alunos que tiverem nas suas salas de produção geralmente em algum horário, ele vai para as atividades acadêmicas que serão ensinados os conteúdos, ou então para a aula de informática.

A alfabetização desses alunos também é algo muito importante, pois, possibilita estes deficientes a ler e escrever, e a ficarem muito mais preparados na hora de serem inseridos dentro do mercado de trabalho, sendo assim o instituto se faz realmente uma escola para a inserção dos deficientes no mercado de trabalho.

De acordo com Sassaki (1999), surgem no Brasil vários centros e instituições, que colaboram na inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, é através das instituições que vão surgindo oportunidades para os deficientes serem direcionados e reabilitados através de atividades em que envolve o seu intelectual, sendo que através destas atividades as deficientes acabam desenvolvendo a sua própria autonomia e independência.

Na sexta e última questão foi o seguinte: O que o Instituto de Educação Especial espera das pessoas que já estão inseridas dentro do mercado de trabalho.

A coordenadora responde da seguinte maneira, esperamos que estes alunos deficientes tenham muito sucesso profissional e possibilidades de crescerem como bons profissionais, para assim aumentarem seus cargos e salários.

Em análise da resposta o Instituto não quer só formar pessoas capacitadas para o mercado, eles também querem que estas pessoas se destaquem nas empresas através de promoções, para que assim obtenham melhores condições financeiras através de seus cargos.

Neste sentido o que instituto propõe e deseja é uma inclusão social não apenas por uma ocupação no mercado de trabalho, mas a dignidade de um trabalho competente que mostre à sociedade as verdadeiras possibilidades das pessoas com deficiência de viverem plenamente sua autonomia através da realização profissional.

Albornoz (2002), o trabalho do homem aparece cada vez mais nítido quando existe uma direção relacionado através de seu esforço, garantindo assim novas oportunidades no meio profissional, sendo que quanto mais esforço na sua área, mais salários e mudanças de cargo.

6 CONCLUSÃO

Por meio desta pesquisa foi possível conhecer e compreender como é feito o trabalho do Instituto de Educação Especial Diomicio Freitas, em relação às pessoas deficientes, compreendemos que existem possibilidades e oportunidades de uma nova sociedade para todos.

O Instituto é um local onde existem professores capacitados para trabalhar ensinar e incluir pessoas deficientes, aprimorando suas capacidades e habilidades, o instituto então proporciona a valorização destes alunos procurando sempre torná-los pessoas mais autônomas inclusivas dentro da sociedade.

A pesquisa também nos permitiu identificar que todo o corpo docente deste Instituto é envolvido com seus projetos e planejamentos para uma nova inclusão, pois são muito participativos e interessados no desenvolvimento dos alunos.

Analisando o questionário concluímos que existem pessoas na sociedade e nas famílias que ainda não conhecem as capacidades e possibilidades dos deficientes na vida e no trabalho.

O instituto trabalha com a intenção de quebrar estes preconceitos, através de campanhas entre as empresas conveniadas ao instituto, sendo que para preparar estes deficientes leva algum tempo, pois nem todos os deficientes têm facilidades em desenvolver atividades tanto acadêmicas ou de produção.

Portanto, cabe ressaltar que o Instituto trabalha, luta, ensina, produz, e inclui estes deficientes dentro do mercado de trabalho. Em minhas observações concluí também que estas pessoas estão sendo bem direcionadas no campo profissional.

Concluímos que o Instituto também tem suas dificuldades em relação à família e também a algumas empresas, pois estas ainda não acreditam numa nova sociedade para todos, criando assim uma barreira muito grande em relação às pessoas deficientes.

O trabalho que é feito por este instituto realmente leva a acreditar que estas pessoas têm a capacidade de se colocarem no mercado produtivo, pois ele proporciona autonomia, qualificação, empenho, dedicação, auto-estima, e uma nova inclusão para todos.

Por meio das observações percebemos que estes alunos também se

dedicam a todas as atividades proposta pelo instituto, e que sempre estão dispostos a novas atividades.

Para finalizar acreditamos que hoje em relação à trajetória das pessoas com deficiência as possibilidades de incluir pessoas deficientes no mercado de trabalho são verdadeiras e significativas e vai muito além das limitações que são superadas no dia a dia.

O Instituto de Educação Especial Diomício Freitas realmente é uma Instituição de Educação, responsável, comprometida, e que prepara valoriza as habilidades dos educandos para o mercado de trabalho e para a vida social.

REFERÊNCIAS

ACAFE. Metodologia de Pesquisa: **Métodos e técnicas em pesquisa**. Unidade 3. Florianópolis, 2007.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado federal, 1988.

_____. Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes da educação nacional**. Brasília: 1996.

_____. COORDENADORIA NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

DIEZ, Carmen Lúcia Fornari; HORN, Geraldo Balduino. **Orientações para elaboração de projetos e monografias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FONSECA, Victor da. **Educação especial**: programa de estimulação precoce, uma introdução às idéias de Feuerstein. 2. ed. Porto Alegre : Artes Médicas Sul ,1995.

GARDNER, Howard; CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly, DAMON, William. **Trabalho qualificado**: quando a excelência e a ética se encontram. Porto Alegre: Howard Bookman, 2004.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

IEEDF - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DIOMÍCIO FREITAS. Disponível em: < <http://institutodiomiciofreitas.org/index.html> > Acesso em: 01/06/2011.

JANNUZZI, Gilberta. **A luta pela educação**. São Paulo: Autores Associados, 1985.

LANCILLOTTI, Samira Saad Puchério. **Deficiência e trabalho**: redimensionando o singular no contexto universal- Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil**: Histórias e políticas públicas. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARANHÃO, Rosanne de Oliveira. **O portador de deficiência e o direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2005.

OLIVEIRA, Carlos Roberto. **História do trabalho**. São Paulo: Editora afiliada: 2001.

PASTORE, José. **Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência**. São Paulo: LTr, 2000.

SANTA CATARINA, Proposta curricular. **Educação Infantil, ensino fundamental e médio**: Temas Multidisciplinares. Florianópolis: COGEN, 1998.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

APÊNDICE 1

Roteiro e análise de observação no I.E.E.D.F



Universidade do Extremo Sul Catarinense

Curso: Pedagogia

Acadêmica: Priscila de Carvalho Frasson

Orientadora: Albertina Serafim Daminelli

Roteiro de Observação no Instituto de Educação Especial Diomicio Freitas.

- 1- A preparação dos deficientes no mercado de trabalho.
- 2- conteúdos trabalhados pelo Instituto.
- 3- Responsabilidade e comprometimento dos professores.
- 4- Dificuldades e facilidades dos alunos em relação á atividades de produção.

APÊNDICE 2

Questionário aplicado para a coordenadora do I.E.E.D.F



Universidade do Extremo Sul Catarinense

Curso: Pedagogia

Acadêmica: Priscila de Carvalho Frasson

Orientadora: Albertina Serafim Daminelli

Questionário aplicado a coordenadora do Instituto de Educação especial Diomício Freitas

Instituto de Educação Especial Diomício Freitas

- 1- Como é feita a preparação dos deficientes dentro do I.E.E.D.F ?
- 2- Qual o objetivo do I.E.E.D.F para aqueles que serão encaminhados para o mercado de trabalho?
- 3- Quais as possibilidades e dificuldades que o I.E.E.D.F tem ao encaminhar estes deficientes ao mercado de trabalho?
- 4- Que tipo de profissão é oferecido aos deficientes que já estão preparados para sua inserção dentro mercado de trabalho? Como são recebidos no mercado de trabalho?
- 5- Além da preparação para o mercado de trabalho o I.E.E.D. F oferece outro tipo de ensinamento? Quais? Como são trabalhados?
- 6- O que o I.E.E.D. F espera daqueles que foram inseridos dentro do mercado de trabalho?

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE UNESC CURSO DE PEDAGOGIA

Sob o título O acesso das pessoas com deficiência no mercado de trabalho: Possibilidades e Limitações. Esta pesquisa culminará na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso/ Dissertação ou Tese, a partir de observações e um questionário com perguntas abertas para a coordenadora do Instituto de Educação Especial Diomício Freitas, estarei coletando dados e informações a cerca de experiências.

Os dados e resultados da pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados nomes dos participantes em nenhuma expressão oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado, a não ser que o/a autor/a do depoimento manifeste expressamente seu desejo de ser identificado/a. A participação nesta pesquisa não oferece risco ou prejuízo á pessoa entrevistada.

A pesquisadora responsável pela pesquisa é a acadêmica Priscila de Carvalho Frasson, matriculada no curso de Pedagogia, da UNIVERSIDADE do Extremo Sul Catarinense, orientada da (o) professor (a), Albertina Serafim Daminelli, da mesma instituição. Os envolvidos se comprometem e esclarecer devida a adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de informações que o/ a participante venha a ter no momento da pesquisa ou posteriormente, através do telefone (48)-3443-49-16.

Após ter sido devidamente informado/a de todos os aspectos da pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu....., identidade nº declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha participação e depoimentos para a pesquisa realizada no Curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, desenvolvida pela aluna Priscila de Carvalho Frasson, para que sejam usados integralmente ou em partes, sem restrições de prazo e citações , a partir da presente data. Da mesma forma, autorizo a sua consulta e o uso das referencias em outras pesquisas e publicações ficando vinculado o controle das informações a cargo desta acadêmica da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

() Solicito que seja resguardada minha identificação

_____.

() Desejo que a autoria de meus depoimentos seja referida

_____.

Abdicando direitos autorais meus e de meus descendentes, subscrevo a presente declaração,

_____,...../..... de 2011.

Participante da pesquisa:

Pesquisador/a: